

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 20.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-PB ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

ADERALDO TIBURTINO LEITE
Secretário - Substituto

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO PIAUÍ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1/2016, celebrado em 30/6/2016 entre o Tribunal de Contas da União, por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Piauí, e a empresa A4 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 14.585.324/0001-43, tendo por objeto os serviços de vigilância armada nas dependências da Secex/PI; b) Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato; Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; d) Processo: TC-012.777/2017-0; e) Vigência: término 29/6/2018; f) Valor total: R\$ 239.286,72; g) Cobertura orçamentária: 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-obra, mediante a Nota de Empenho nº 2017NE000052, da Atividade PT 01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais; h) Signatários: pela Contratante, Luís Emílio Xavier dos Passos - Secretário e, pela Contratada, Deusdedito Soares de Melo.

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E DA REGIÃO SUDESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº 39, DE 28 DE JUNHO DE 2017

TC 012.030/2003-7- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica COMUNICO M & One Serviços Reformas de Imóveis Ltda., CNPJ: 04.366.424/0001-25, na pessoa de seu representante legal, que este Tribunal conheceu dos embargos de declaração interpostos pelo Senhor Deusdeth Gomes do Nascimento e pela empresa Volume Construções e Participações Ltda contra o Acórdão 640/2017-TCU-Plenário proferido no processo de tomada de contas, TC 012.030/2003-7, para, no mérito, não acolhê-los.

RENATA SILVA PUGAS MAGALHÃES
Assessora

EDITAL Nº 40, DE 28 DE JUNHO DE 2017

TC 012.030/2003-7- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, NOTIFICO Letec Serviços Técnicos e Manutenção Equipamento Hospitalar Ltda. - ME, CNPJ: 04.366.430/0001-82, na pessoa de seu representante legal, que este Tribunal conheceu dos embargos de declaração interpostos pelo Senhor Deusdeth Gomes do Nascimento e pela empresa Volume Construções e Participações Ltda contra o Acórdão 640/2017-TCU-Plenário proferido no processo de tomada de contas, TC 012.030/2003-7, para, no mérito, não acolhê-los.

RENATA SILVA PUGAS MAGALHÃES
Assessora

Defensoria Pública da União

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2017 - UASG 290002

Nº Processo: 08038008400201613 . Objeto: Locação de imóvel destinado para a instalação da Unidade da Defensoria Pública da União em São Luís/MA Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso X da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Locação de imóvel conforme inciso X art.24 da lei 8.666/93 Declaração de Dispensa em 28/06/2017. RICARDO JOSE SOUZA NASCIMENTO SILVA. Secretário de Logística e Patrimônio. Ratificação em 29/06/2017. ALEXANDRE BENEVIDES CABRAL. Secretário Geral Executivo. Valor Global: R\$ 720.000,00. CNPJ CONTRATADA : 69.409.613/0001-83 SPARTA ENGENHARIA E SERVICOS GERAIS LTDA.

(SIDE - 29/06/2017) 290002-00001-2017NE800807

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 64/2015

Nº Processo: 08038043911201258. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 50400407000184. Contratado : PROVAC SERVICOS LTDA. -Objeto: Rescisão Unilateral do Contrato de Prestação de Serviços de Recepção para atender a Unidade DPU/São José dos Campos/SP. Fundamento Legal: Inciso I do art.79, c/c inciso XII do art.78, ambos da Lei 8.666/93, Cláusula Décima Segunda do Contrato. Data de Rescisão: 23/06/2017 .

(SICON - 29/06/2017) 290002-00001-2017NE801108

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

EDITAL Nº 2 - DPU, DE 29 DE JUNHO DE 2017 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA DA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

O Defensor Público-Geral Federal, em razão das impugnações deferidas, em conformidade com o subitem 1.8 do Edital nº 1 - DPU, de 12 de junho de 2017, torna pública a retificação dos subitens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 11.9.1.2 e 12.9 do referido edital.

Torna pública, ainda, a republicação dos objetos de avaliação constantes do item 16 do Edital nº 1 - DPU, de 12 de junho de 2017, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

1 DA RETIFICAÇÃO DOS SUBITENS 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 11.9.1.2 E 12.9 DO EDITAL Nº 1 - DPU, DE 12 DE JUNHO DE 2017

[...]

9.2 A prova dissertativa escrita - grupo I terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável de 19 de novembro de 2017, no turno da manhã.

9.3 A prova dissertativa escrita - grupo II terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável de 19 de novembro de 2017, no turno da tarde.

9.4 A prova dissertativa escrita - grupo III terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável de 20 de novembro de 2017, no turno da manhã.

9.5 A prova dissertativa escrita - grupo IV terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável de 20 de novembro de 2017, no turno da tarde.

[...]

11.9.1.2 Para receber a pontuação relativa à advocacia voluntária prestada no âmbito da Defensoria Pública, o candidato deverá entregar certidão circunstanciada emitida pela respectiva instituição.

[...]

12.9 Caso qualquer dos documentos a que se referem as alíneas "f" e "j" do subitem 12.4 deste edital registrem a existência de antecedente criminal, inquérito ou ação penal em curso, penalidade administrativa ou má conduta pessoal ou profissional, caberá ao candidato oferecer esclarecimentos sobre as ocorrências verificadas, no momento da entrega da documentação.

[...]

2 DA REPUBLICAÇÃO DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO CONSTANTES DO ITEM 16 DO EDITAL Nº 1 - DPU, DE 12 DE JUNHO DE 2017

[...]

16 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

[...]

DIREITO CIVIL: 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; analogia. 1.1 Princípios gerais do direito e equidade. 2 Das pessoas. 2.1 Pessoas naturais: personalidade e capacidade, direitos de personalidade, extinção da personalidade, ausência, morte presumida, tutela, curatela. 2.2 Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com deficiência). 2.3 Das pessoas jurídicas. 4 Domicílio, registro. 4 Bens: conceito e classificação. 5 Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos. 5.1 Forma, prova, modalidades, defeitos, nulidade, anulabilidade, inexistência, ineficácia e consequência. 5.2 Atos ilícitos. 5.3 Prescrição e Decadência. 6 Prova. 7 Modalidades contemporâneas de família. 7.1 União estável. 7.1.1 Caracterização, efeitos alimentícios e sucessórios, dissolução. 7.1.2 Uniãoes homoafetivas. 7.2 Concubinato. 8 Relações de parentesco. 8.1 Adoção. 8.2 O menor sob guarda. 8.3 Alimentos: pressupostos. 9 Direitos reais. 9.1 Posse e propriedade. 9.1.1 Conceito, classificação, aquisição, perda, proteção e efeitos. 9.1.2 Condomínio. 9.2 Enfitese. 9.2.1 Terrenos de Marinha. 9.3 Hipoteca. 9.4 Penhor. 9.5 Uso e usufruto. 9.6 Servidões. 9.7 Concessões especiais de uso. 10 Obrigações. 10.1 Modalidades das obrigações. 10.2 Efeitos das obrigações. 10.3 Cessão de crédito. 10.4 Adimplemento e extinção das obrigações. 10.5 Inadimplemento das obrigações. 11 Contratos: generalidades, elementos e efeitos dos contratos. 11.1 Teoria da imprevisão e revisão contratual. 11.2 Compra e venda. 11.3 Doação. 11.4 Locação. 11.5 Empréstimo. 11.6 Depósito. 11.7 Mandato. 11.8 Fiança. 11.9 Arrendamento mercantil. 11.10 Alienação fiduciária. 11.11 Mútuo. 11.12 Comodato. 11.13 Contratos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (Leis nº 4.380/1964, 5.741/1971, 8.009/1990 e suas alterações, 10.150/2000, Decreto-Lei nº 70/1966) e Lei nº 9.514/1997 (Sistema Financeiro Imobiliário). 11.14 Lei nº 10.188/2001 (Programa de Arrendamento Residencial). 11.15 Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida). 11.16 Contrato de Gaveta. 12 Responsabilidade civil. 13 Sucessões. 13.1 Vocações hereditárias. 13.2 Herdeiros. 14 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

DIREITO EMPRESARIAL: 1 O empresário. 2 Sociedades de fato e de direito. 3 A responsabilidade dos sócios. 4 A personalidade jurídica. 5 A desconexão da personalidade jurídica. 6 Fim da personalidade jurídica. 6.1 Efeitos da falência sobre os sócios. 7 Nome empresarial. 8 Estabelecimento empresarial. 9 Empresa individual de responsabilidade limitada. 10 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações (Lei das sociedades por ações). 11 Liquidação das sociedades. 12 Da transformação. 13 Da incorporação. 14 Da fusão. 15 Da cisão das sociedades. 16 Teoria geral dos títulos de créditos. 17 Letra de câmbio. 18 Cheque. 19 Nota promissória. 20 Duplicata. 21 Aceite. 22 Aval. 23 Endosso. 24 Protesto. 25 Prescrição. 26 Ações cambiais.

DIREITO DO CONSUMIDOR: 1 A proteção constitucional ao consumidor. 2 O Código de Defesa do Consumidor. 2.1 Direitos básicos do consumidor. 2.2 O acesso à Justiça e a inversão do ônus da prova. 2.3 Definição de consumidor e fornecedor. 3 O Código de Defesa do Consumidor e as instituições financeiras. 4 Fato do produto e do serviço. 5 Vício do produto e do serviço. 6 Práticas abusivas. 7 Proteção contratual ao consumidor. 7.1 Boa-fé objetiva e equilíbrio econômico. 7.2 Interpretação em favor do consumidor. 7.3 O contrato de adesão. 8 O direito à informação. 9 A Defensoria Pública e a defesa do consumidor. 10 Teoria da imprevisão. 11 Responsabilidade civil do fornecedor. 12 Responsabilidade solidária e direito de regresso. 13 Excludentes do dever de indenizar. 14 Decadência e prescrição. 15 Da publicidade. 16 Da cobrança de dívidas. 17 Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

DIREITO AMBIENTAL: 1 Direito ambiental constitucional. 1.1 Meio ambiente como direito fundamental. 1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. 1.3 Competências ambientais legislativa e material. 1.4 Deveres ambientais. 1.5 Instrumentos jurisdicionais. 1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. 1.6 Função ambiental pública e privada. 1.7 Função social da propriedade. 1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988. 2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos. 3 Princípios de direito ambiental. 3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. 3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural. 3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pronomentamento, valorização sustentável. 4 Política Nacional de Meio Ambiente. 4.1 Objetivos. 4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). 4.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento. 4.4 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações. 4.5 Decreto nº 99.274/1990. 4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). 4.7 Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental). 4.8 Resolução do CONAMA nº 378/2006 e suas alterações (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional). 5 Recursos hídricos. 5.1 Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (Política Nacional de Recursos Hídricos). 5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001. 5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). 6 Recursos florestais. 6.1 Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 6.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002 e suas alterações. 6.3 Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (Gestão de florestas públicas). 6.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal. 7 Espaços territoriais especialmente protegidos. 7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal. 7.2 Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC). 7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias. 8 Política urbana. 8.1 Diretrizes, instrumentos e competência. 8.2 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. 8.3 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações. 8.4 Lei nº 13.089/2015. 9 Responsabilidades. 9.1 Efeito, impacto e dano ambiental. 9.2 Poluição. 9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal. 9.4 Tutela processual. 9.4.1 STF, STJ e tribunais de justiça estaduais. 9.5 Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. 9.6 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações. 9.7 Decreto nº 6.514/2008. 10 Infrações administrativas e sanções.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Jurisdição. 1.1 Natureza, conceito, princípios. 1.2 Jurisdição no Estado Constitucional. 1.3 Limites da Jurisdição. 1.4 Cooperação Internacional. 2 Ação. 2.1 Conceito, natureza, elementos, características e classificação. 2.2 Direito à adequada tutela jurisdicional. 2.3 Legitimidade e interesse processual. 3 Processo. 3.1 Conceito, natureza jurídica e pressupostos. 3.2 Classificação. 3.3 Princípios Informativos e garantias constitucionais do processo. 3.4 Processo no Estado Constitucional. 3.5 Formação, Extinção, Suspensão. 4 Competência. 4.1 conceito, critérios de distribuição, espécies. 4.2 identificação do foro competente. 4.3 modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuo jurisdictionis. 4.4 Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva). 4.5 Conflito de competência. 5 Direito de defesa e Ampla defesa. 5.1 Natureza, conceito. 5.2 Direito Fundamental de Defesa. 6 Sujeitos do processo. 6.1 O juiz: poderes e deveres, impedimento e suspensão. 6.2 Partes: conceito (material e processual), representação, legitimação ordinária e extraordinária, poderes e deveres. 6.3 Litisconsórcio: conceito, espécies. 6.4 Intervenção de terceiros: conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas. 6.4.1 Assistência, Amicus Curiae, Denúnciação da lide, Chamamento ao processo: conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais. 6.5 Intervenção anômala. 6.6 O Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspensão. 6.7 Advocacia privada e estatal. 6.8 Defensoria Pública. 6.9 Substituição e sucessão de partes e procuradores. 6.10 Auxiliares da Justiça. 7 Atos processuais. 7.1 Conceito, forma, tempo, lugar. 7.2 Nulidades: teoria, princípios, decretação, convalidação, identificação. 7.3 Prazos processuais: classificação, modo de contagem. 7.4 Comunicação processual. 7.5 Da distribuição e Registro. 7.6 Valor da causa. 8 Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo. 8.1 Procedimentos do processo de conhecimento. 9 Procedimento Comum: estrutura, fases e estágios. 9.1